



ANEXO 1 - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do equipamento a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP: O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato da autoridade competente, conforme consta do processo, eDOC 952B199A.

Justificativas:

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade: Considerando a análise cuidadosa da pesquisa realizada, que revelou que a opção de contratação de uma empresa especializada para a prestação contínua de serviços auxiliares na área de transporte é uma prática comum em diversos órgãos públicos, além de ser uma solução historicamente adotada pela Codevasf para atender às suas necessidades, concluímos que a contratação de serviços de terceiros é a melhor alternativa para a 7ª Superintendência Regional da Codevasf. Além disso, a Codevasf não possui em seu quadro recursos humanos necessários ou suficientes para exercer as funções objeto dessa contratação.

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:

Módulo 1 – Composição da Remuneração	Convenção Coletiva de Trabalho do SECAPI 2024 (anexo 6), conforme § 3º, art. 30 do RILC.	A Convenção Coletiva de Trabalho é um acordo normativo (conforme o art. 611 da CLT) que define a remuneração-base da categoria nesta localidade.
Módulos 2, 3, 4 e 6	Legislação trabalhista, fiscal e previdenciária	Custos previstos em legislação específica que incidem sobre a remuneração-base do módulo 1.
Módulo 5 – Insumos	Pesquisa de preço no portal compras.gov.br (anexo 5), conforme item I do art. 30 do RILC.	–
Módulo 7 – Diárias	Valores: Norma de Custeio de Viagens da Codevasf (N-201).	Como a categoria não prevê parâmetros para diárias, foram utilizados os valores previstos no normativo próprio da Codevasf.
	Quantidades: Histórico de RDVs de 2023 (anexo 3).	Quanto ao quantitativo estipulado, recorreu-se ao histórico de viagens de 2023, conforme registrado nas RDVs.

Dos requisitos de aceitação e pontuação das propostas: As especificações técnicas foram definidas com base na legislação pertinente, levando em consideração o quantitativo demandado pela 7ª SR. Quanto à pontuação das propostas, é importante salientar que esta não se aplica, uma vez que tal critério é utilizado apenas em licitações que adotam o julgamento por Técnica e Preço.

Das exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações: Em relação às exigências habilitatórias indispensáveis para assegurar o cumprimento das obrigações, foram estabelecidos critérios que evidenciem a capacidade da empresa em prestar o serviço. Para tanto, é considerado essencial o histórico da empresa, sendo o principal requisito de habilitação a demonstração de que a empresa já realizou serviço equivalente anteriormente.

Da não previsão de requisitos exigidos com vistas à sustentabilidade socioambiental da contratação: Serão atendidos os requisitos previstos na legislação, quando aplicável.

Da necessidade da contratação:

1. A demanda da CODEVASF por esses serviços ocorre em razão de não possuir, em seu quadro, recursos humanos necessários ou suficientes para exercer as funções objeto dessa contratação.
2. A contratação compreende, além da mão-de-obra, o fornecimento de todos os EPIs e insumos necessários à execução dos serviços, conforme especificado neste documento e demais anexos que o integram.



3. Atualmente, verifica-se uma tendência da Administração Pública em reconhecer a importância da realização dessas atividades por empresas especializadas, pois, com isso, desincumbem servidores, dirigentes e autoridades da CODEVASF de atribuições que, apesar de relevantes, podem ser desenvolvidas perfeitamente por meio de prestação de serviços terceirizados.
4. Tendo em vista as peculiaridades da contratação ora proposta, faz-se essenciais os seguintes esclarecimentos:
 - a. Para a elaboração das Planilhas de Custo e Formação de Preço foram adotados os salários de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2024 do SECAPI – Sindicato das Empresas de Conservação e Asseio do Estado do Piauí.
 - b. Cabe informar que as empresas interessadas na contratação deverão apresentar as Planilhas de Custo e Formação de Preço com base na convenção da categoria, pois caso haja uma eventual repactuação de contrato somente serão considerados os itens previstos nas respectivas planilhas.
 - c. A licitante deverá na composição de preços unitários de mão de obra observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s).

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade: Trata-se de uma contratação comum no âmbito das instituições públicas, e o mercado tem plena capacidade de atendimento.

Da adoção do Pregão Eletrônico: Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de bens comuns. A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro.

Ressalta-se que a técnica envolvida na execução dos serviços objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como bens/serviços comuns.

O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo dos serviços sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo dos serviços que serão contratados.

Da adoção do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS): Em relação à adoção do SRP (Sistema de Registro de Preços), conforme evidenciado no ETP, a projeção da demanda pelo serviço na 7ª SR indica um crescimento. Assim, visando compatibilizar a capacidade orçamentária atual e buscando uma economia processual futura caso ocorra de fato o aumento da demanda, optou-se pelo SRP. Essa escolha visa facilitar um possível incremento futuro no quantitativo de postos de trabalho, em conformidade com o Decreto 11.462 de 31 de março de 2023, art. 3º, inciso V. Isso significa que o SRP pode ser utilizado quando, pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Da instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (divulgação) e permissão de participantes na licitação:

Será realizada a divulgação da IRP no Portal de Compras do Governo Federal, referente à contratação de empresa especializada na prestação contínua de serviços auxiliares na área de transporte (motorista), a serem executados por meio de postos de trabalho, via SRP, para até 8 (oito) postos durante a validade da ata de registro de preços, seguindo os termos do art. 32 do RILC da Codevasf e conforme o seguinte:

- O prazo mínimo para o registro de intenção será de 08 (oito) dias úteis, contado da data de divulgação da IRP;
- A resposta a eventuais intenções de terceiros interessados ficará sob a responsabilidade da 7ª GRA/USA;
- O número máximo de participantes da IRP será de 02 (dois) participantes, em conformidade com a capacidade de gerenciamento;
- Não serão aceitos os quantitativos considerados ínfimos ou a inclusão de novos itens;



- Não será permitida a inclusão posterior de participantes que não manifestarem interesse durante o período de divulgação da IRP.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona): Sim – A adesão a Atas de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas, pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo. Além de otimizar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas.

A contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto-evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

Justificativa da adoção do valor estimado público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Critério de Julgamento: Menor preço, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

Dos requisitos de Qualificação Técnica: A Qualificação Técnica (Habilitação) do presente Termo de Referência se restringe ao estritamente necessário diante da complexidade dos serviços a serem executados e do mercado, sem comprometer a concorrência.

Permissão para Participação de Consórcios: Não será permitida, na presente licitação, a participação de empresas em consórcio, tendo em vista, que o objeto em questão não é considerado de alta complexidade ou vulto, sendo, portanto, improvável a geração de algum fator técnico, operacional ou econômico, que venha privar a participação de empresas consideradas do ramo para execução do presente objeto.

Permissão para Participação de Sociedades Cooperativas: Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas uma vez que as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia dos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017. Ademais, não é admitida a participação de cooperativas, conforme Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União.

Permissão para Subcontratação: Não. Os serviços em questão não são divisíveis, o que demonstra que não existem partes a serem subcontratadas.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual: Os serviços a serem contratados serão executados no prazo superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Garantia de Execução (caução): É necessário, para a emissão da Ordem de Serviço, que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato, preservando, assim, o patrimônio público e evitando prejuízos.